

Parecer nº 1/FEAM/URA SM - CAT/2026

PROCESSO Nº 2090.01.0011052/2025-30

Parecer Técnico de LAS nº 1/FEAM/URA SM - CAT/2026				
Nº Documento do Parecer Técnico vinculado ao SEI: 130636951				
PROCESSO SLA: 42975/2025		SITUAÇÃO: Sugestão pelo deferimento		
EMPREENDEDOR: ACAMPAMENTO NOSSO RECANTO LTDA		CNPJ: 62.438.841/0006-47		
EMPREENDIMENTO: ACAMPAMENTO NOSSO RECANTO LTDA		CNPJ: 62.438.841/0006-47		
MUNICÍPIO: Sapucaí Mirim/MG		ZONA: Rural		
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: () INTEGRAL () ZONA DE AMORTECIMENTO () USO SUSTENTÁVEL (X) NÃO				
CÓDIGO	ATIVIDADE(S) DO EMPREENDIMENTO (DN COPAM 217/17)	PARÂMETRO	QUANTIDADE	UNIDADE
E-03-06-9	Estação de tratamento de esgoto sanitário	Vazão média prevista	4,17	L/s
CLASSE DO EMPREENDIMENTO: 2		PORTE: médio		
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: • Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas		Peso critério locacional: 1		
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Maria Angela Garcia Monaco - Engenharia Civil		REGISTRO: ART: MG20253870846 - CTF: 3595130		
EQUIPE INTERDISCIPLINAR				MATRÍCULA
Mariane Ribeiro de Brito - Assessora Ambiental				1.610.562-9
De acordo: Kezya Milena Rodrigues Pereira - Coordenadora de Análise Técnica Sul de Minas				1.578.324-4



Documento assinado eletronicamente por **Kezya Milena Rodrigues Pereira Bertoldo**, **Diretor (a)**, em 07/01/2026, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariane Ribeiro de Brito**, **Servidor(a) Público(a)**, em 07/01/2026, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **130551443** e o código CRC **CDA19224**.



Parecer Técnico FEAM/URA SM de LAS/RAS - CAT nº 1/2026

O empreendimento **ACAMPAMENTO NOSSO RECANTO LTDA.**, inscrito no **CNPJ nº 62.438.841/0006-47**, tem por finalidade a operação da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário, cuja atividade foi iniciada em **08/05/2025**. O empreendimento está localizado na Rodovia SP-50, km 146,5, Bairro do Retiro, zona rural, no município de Sapucaí-Mirim/MG, nas coordenadas Latitude **22°50'14"** e Longitude **45°46'58"**, DATUM SIRGAS 2000, Fuso 23.

Consta no SLA que a operação da ETE teve início em 08/05/2025, bem como no item 2.1 do RAS, o que também é possível verificar no relatório fotográfico apresentado. Por instalar sem a devida regularização ambiental foi lavrado o Auto de Infração nº 716997/2026, nos termos do Decreto nº 47.383, de 02/03/2018, revisado pelo Decreto nº 47.837, de 09/01/2020, em seu código 106.

Em **09 de outubro de 2025**, foi formalizado, junto à URA Sul de Minas, por meio do Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), o Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) nº **42975/2025**, com incidência do critério locacional "localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas".

A atividade a regularizada está descrita na DN 217/2017 como:

- **Código E-03-06-9:** Estação de tratamento de esgoto sanitário. Parâmetro: Vazão média prevista de **4,17 L/s**.

O empreendimento apresentou o Contrato de Locação de Imóvel Não residencial referente à fazenda situada na Rodovia SP-50, Km 146,5, Sapucaí-Mirim/MG, inscrita no CNPJ 62.438.841/0006-47 e vinculada à Matrícula nº 13.273 do Cartório de Paraisópolis/MG. O contrato descreve as estruturas existentes na propriedade e formaliza a locação para uso não residencial.

Foi apresentado pelo empreendimento o Laudo de Ocupação Consolidada em Área de Preservação Permanente (APP), documento técnico destinado a comprovar preexistência e a consolidação antrópica da infraestrutura de tubulação utilizada para condução do efluente tratado da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). O laudo demonstra, com base em registros documentais, evidências históricas e análise espacial, que a referida tubulação foi implantada anteriormente ao ano de 2006, caracterizando ocupação consolidada nos termos da Lei Federal nº 12.651/2012 e da Lei Estadual nº 20.922/2013. Assim, o uso da estrutura não configura nova intervenção em APP, não havendo alteração de traçado, ampliação, escavação ou qualquer intervenção adicional sobre o meio físico ou biótico.



Abaixo, apresentam-se as **Figuras 1 e 2** referentes à antiga ETE, que comprovam as informações descritas.



Figura 1- ETE antiga, tubulação direcionada ao curso d'água sem denominação. **Fonte:** Google Earth 2025 e SLA.



Figura 2- O perímetro em amarelo é o local onde foi instalada a ETE. **Fonte:** Google Earth 2025 e SLA.



Após consulta no IDE-SISEMA, constatou-se que a área do empreendimento apresenta baixa potencial de ocorrência de cavidades naturais subterrâneas, conforme a figura 1.

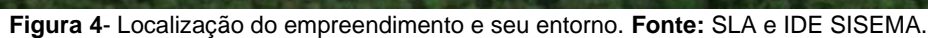
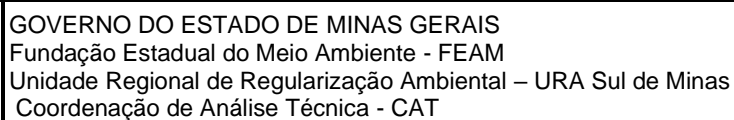


Figura 3- Potencialidade de ocorrência de cavidades. **Fonte:** IDE SISEMA.

O RAS foi elaborado pela Engenheira Civil Maria Angela Garcia Monaco, sob ART nº **MG20253870846** e CTF nº **3595130**.

Foi apresentada Certidão de Regularidade de Atividade quando ao Uso e Ocupação do Solo Municipal, emitida pela Prefeitura de Sapucaí-Mirim em **25/04/2025**, confirmando que o empreendimento **Acampamento Nosso Recanto Ltda.** está em conformidade com a legislação municipal, incluindo a atividade **E-03-06-9 – Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário**, no endereço Rod. SP-50, km 146,5, ou coordenadas 22°50'2,77" S / 45°46'40,06" W, para fins de licenciamento ambiental.

A imagem a seguir representa a ADA do empreendimento:





O empreendimento informou a seguinte caracterização de sua área: a ETE está instalada em um terreno de **323 m²**, com **13,20 m²** de área construída. Quanto aos recursos humanos o empreendimento informou contar com apenas **1 funcionário**. Ressaltou que o licenciamento se refere exclusivamente à ETE, não abrangendo as demais estruturas do Acampamento Nosso recanto. Informou ainda que a ETE não possuirá operador em tempo integral, sendo necessária apenas atuação eventual de um funcionário pra inspeção, operação e manutenção, estimada em cerca de **1 hora** diária. Esse funcionário integra a equipe do próprio acampamento e utiliza sua infraestrutura. O empreendimento esclareceu que, no âmbito da ETE, não há consumo de água nem geração de efluentes sanitários, uma vez que todas as demandas são atendidas pelas instalações do acampamento, o qual possui outorga de captação de água e encaminha todo o efluente sanitário para tratamento na própria ETE em licenciamento.

O empreendimento apresentou as informações referentes às vazões e a carga de projeto da ETE. Para o ano de 2025, correspondente ao início e ao final do plano (etapa única), foi indicada população atendida não especificada e a vazão média doméstica de **4,17 L/s**, sem contribuição de infiltração, efluente industrial ou lixiviado de aterro, totalizando vazão média de **4,17 L/s**. A carga orgânica informada corresponde a **108 kg/dia**, considerando DBO como parâmetro adotado. Quanto ao envio de efluentes industriais, o empreendimento declarou que não se aplica, pois a ETE recebe exclusivamente efluente sanitário proveniente do acampamento.

Conforme informado pelo empreendimento no RAS, a ETE encontra-se totalmente instalada, não se aplicando execução por etapas. O empreendimento apresentou a relação das unidades componentes da estação, indicando que o sistema possui tratamento preliminar composto por medidor de vazão tipo Thompson (**2 unidades**), gradeamento (**1 unidade**), bombeamento (**2 unidades**) e bomba de mistura (**1 unidade**), todas implantadas desde o início. No tratamento primário, foi informada a existência de **1** decantador primário, também instalado desde o início. Para o tratamento secundário, o empreendimento apresentou **1** decantador secundário e **1** unidade de lodos ativados, igualmente implantados na etapa inicial. Não foram indicadas unidades de tratamento terciário ou demais estruturas adicionais.

O empreendimento apresentou o Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no CAR referente à Fazenda Nosso Recanto, em Sapucaí-Mirim/MG, com área de **146,0838 ha** e cadastro sob os protocolos **MG-3165404-5933.7F9B.7E58.7901.66F2.5AE8.60C7.66BF** e **MG-3165404-3F20.B1E2.DF3D.492B.9EDF.F539.6491.5BD1**, registrado em **29/11/2017**. O empreendimento apresentou no CAR que há divergência entre a área constante na matrícula (**149,6 ha**) e a área identificada na representação gráfica (**146,0838 ha**). Informou também as áreas declaradas, sendo **56,8993 ha** de área consolidada, **88,3563 ha** de vegetação nativa, **26,2596 ha** de APP e **31,3227 ha** de Reserva Legal, não havendo servidão administrativa

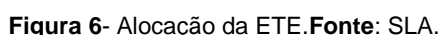


Ressalta-se que em conformidade com o **Art. 5º, § 1º, inciso IV da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.132, de 07 de abril de 2022**, a análise de CAR relacionada à processo de licenciamento ambiental simplificado - LAS, sem intervenção ambiental vinculada, será realizada por intermédio das UFRBios do IEF

Este parecer não autoriza qualquer supressão de vegetação nativa, de indivíduos arbóreos isolados e intervenção em Área de Preservação Permanente - APP.

Conforme verificado por meio do relatório fotográfico apresentado pelo empreendimento, foram evidenciadas a vista geral da área implantada da ETE, a presença do tanque pulmão, do retentor de sólidos, do reator MBBR/IFAS, do decantador lamelar, do tanque de desinfecção e do adensador de lodo. O empreendimento também apresentou registros da casa de operação, das bombonas de produtos utilizados no tratamento e do painel elétrico da estação.

O empreendimento **ACAMPAMENTO NOSSO RECANTO LTDA**, apresentou a descrição da ETE implantada, informando que o sistema foi projetado para atender **1.500** pessoas em períodos de alta temporada, com geração estimada de **360 m³/dia** de efluente sanitário. O empreendimento informou que a ETE foi projetada pela ECTAS Saneamento SA e utiliza processo biológico MBBR, composto por reator MBBR e decantador lamelar, com o lodo direcionado a um adensador para descarte como resíduo sólido. Segundo o empreendimento, o sistema MBBR combina características de lodo ativado e biofiltro, garantindo maior eficiência, com expectativa mínima de **85%** de remoção de DBO e DQO.



Em relação aos resíduos sólidos, o empreendimento apresentou que o adensador de Lodo gera aproximadamente **205,5 m³/mês** de lodo digerido, o qual é submetido a acúmulo, adensamento e posterior compostagem. O empreendimento também informou que os resíduos retidos no gradeamento possuem volume médio de **0,27 m³/mês** e são destinados a aterro sanitário. Quanto às bombonas de produtos utilizadas na desinfecção, o volume médio mensal é de **0,2 m³**, e elas são encaminhadas para reciclagem.



No caso de eventuais leitos de secagem, o empreendimento declarou que o líquido drenado retorna ao sistema de tratamento.

Como proposta de monitoramento, o empreendimento informou que o Lodo gerado será acondicionado em bags na área da ETE e, posteriormente, encaminhado a empresas licenciadas para destinação final adequada. Os resíduos provenientes do gradeamento, bem como as bombomas de produtos químicos, serão armazenados em tambores na casa de operação. A destinação de todos os resíduos será acompanhada por meio de Manifesto de Transporte de Resíduos (MR), com envio semestral das informações ao DMR e ao órgão ambiental competente, em conformidade com a DN nº 232/2019.

O empreendimento deverá promover a gestão de resíduos sólidos de forma ambientalmente adequada, observando a forma de acondicionamento ou armazenamento, ainda que temporário, conforme estabelecido em Normas Técnicas ABNT/NBR pertinentes, garantindo o transporte e destinação final em acordo com a ABNT/NBR 10.004 e Política Estadual de Resíduos Sólidos - Lei nº 18.031/2009, bem como mantendo em sua posse as notas de destinação final, para fins de apresentação em ações fiscalizatórias.

O empreendimento informou que os efluentes líquidos tratados são lançados em córrego sem denominação, afluente do Rio Preto Pequeno, inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Grande, Sub-bacia do Rio Sapucaí – GD5. De acordo com a DN COPAM/CERH nº 01/2008, o corpo hídrico receptor é classificado como **Classe 2**. A alternativa de disposição no solo, que exigiria apresentação de proposta de monitoramento, não foi adotada pelo empreendimento.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes no Relatório Ambiental Simplificado, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento **ACAMPAMENTO NOSSO RECANTO LTDA** no município de **SAPUCAÍ- MIRIM /MG**, pelo prazo de **10 anos**, vinculado ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental para as seguintes atividades:

- - “Estação de tratamento de esgoto sanitário - **E-03-06-9**.”

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local sendo, portanto, o empreendedor e/ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste par



ANEXO I

Condicionantes para LAS do empreendimento ACAMPAMENTO NOSSO RECANTO LTDA

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II , demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença Ambiental Simplificada -LAS

* **Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado (aniversário da licença).**

IMPORTANTE

As condicionantes dispostas neste Parecer Técnico devem ser protocoladas por meio de petição intercorrente no Processo SEI nº **2090.01.0011052/2025 - 30**. A mesma orientação se aplica aos possíveis pedidos de alteração ou exclusão de condicionantes;

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da FEAM/URA - SM, face ao desempenho apresentado; e

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento para LAS do empreendimento ACAMPAMENTO NOSSO RECANTO LTDA

1. EFLUENTES LÍQUIDOS

Conforme Nota Técnica DIMOG/DISAN N° 002/2005, os seguintes parâmetros devem ser monitorados na entrada e saída dos efluentes da ETE.

Tabela 1. Programa de monitoramento de efluentes da ETE

PARÂMETRO	UNIDADE	FREQUÊNCIA
Condutividade elétrica	µS/cm	Bimestral
Demanda Bioquímica de Oxigênio ⁽¹⁾	mg O ₂ /L	Bimestral
Demanda Química de Oxigênio ⁽¹⁾	mg O ₂ /L	Bimestral
pH	-	Bimestral
<i>Escherichia coli</i>	NMP/100mL	Bimestral
Sólidos sedimentáveis ⁽¹⁾	mL/L	Bimestral
Vazão média de efluente bruto mensal	L/s	Bimestral
Cloreto total	mg Cl/L	Semestral
Fósforo total	mg P/L	Semestral
Nitrato total	mg NO ₃ -N/L	Semestral
Nitrogênio amoniacal	mg NH ₃ -N/L	Semestral
Óleos e graxas	mg/L	Semestral
Surfactantes Aniônicos (ATA)	mg MBAS/L	Semestral
Cádmio total ⁽²⁾	mg/L Cd	Semestral
Chumbo total ⁽²⁾	mg/L Pb	Semestral
Cobre dissolvido ⁽²⁾	mg/L Cu	Semestral
Zinco total ⁽²⁾	mg/L Zn	Semestral
Teste de toxicidade aguda	-	Anual

⁽¹⁾ Parâmetro também monitorado no afluente
⁽²⁾ Monitorado apenas se a ETE passar a receber efluentes de aterros sanitários

Obs: Em se tratando de uma estação de tratamento de esgotos que não recebe efluentes de aterros sanitários não se aplica os parâmetros específicos para estes casos.

Relatórios: Enviar **anualmente à URA Sul de Minas, até o dia 10 do mês subsequente**, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratório em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do **§2º do Art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011**, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.



Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo **INMETRO** ou, na ausência delas no **Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA**, última edição.

2. CORPO HÍDRICO RECEPTOR

Para verificação das condições sanitárias e ambientais do corpo de água que recebe os efluentes da ETE, o corpo receptor deverá ser monitorado a montante e a jusante dos lançamentos, informando as coordenadas geográficas dos pontos de coleta e justificativa da distância adotada, de acordo com o programa apresentado a seguir:

Tabela 2: Programa de monitoramento hídrico para empreendimentos Classe 1 e 3.

PARÂMETRO	UNIDADE	FREQÜÊNCIA
Cádmio total ⁽²⁾	mg/L Cd	Semestral
Chumbo total ⁽²⁾	mg/L Pb	Semestral
Densidade de Cianobactérias	cel/mL ou mm ³ /L	Semestral
Cloreto total	mg/L Cl	Semestral
Clorofila a	µg/L	Semestral
Cobre dissolvido ⁽²⁾	mg/L Cu	Semestral
Condutividade elétrica	µS/cm	Bimestral
DBO	mg/L	Bimestral
DQO	mg/L	Bimestral
E. coli	UFC	Bimestral
Fósforo total	mg/L P	Semestral
Nitrato	mg/L	Semestral
Nitrogênio amoniacal total	mg/L N	Semestral
Óleos e graxas	mg/L	Semestral
Oxigênio dissolvido	mg/L	Bimestral
pH	-	Bimestral
Substâncias tensoativas	mg/L LAS	Semestral
Turbidez	UNT	Bimestral
Zinco total ⁽²⁾	mg/L Zn	Semestral

⁽²⁾ para ETEs que recebem efluentes de aterros sanitários

Obs: Em se tratando de uma estação de tratamento de esgotos que não recebe efluentes de aterros sanitários não se aplica os parâmetros específicos para estes casos.

Relatórios: Enviar anualmente à URA Sul de Minas, até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratório em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017 e deve conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.



Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do **§2º do Art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011**, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo **INMETRO** ou, na ausência delas **no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA**, última edição.

3. RESÍDUOS SÓLIDOS E OLEOSOS

3.1. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR - MG

Apresentar, **semestralmente à FEAM/URA Sul de Minas**, a Declaração de Movimentação de Resíduo - DMR, emitida via Sistema MTR - MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na **Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019**.

Prazo: seguir os prazos dispostos na **DN COPAM nº 232/2019**.

3.2. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR - MG

Apresentar, **semestralmente à FEAM/URA Sul de Minas**, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR - MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na **DN COPAM nº 232/2019**.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
			Razão social				Endereço completo					

(*) 1- Reutilização

2 - Reciclagem

3 - Aterro sanitário

4 - Aterro industrial

5 - Incineração

6 - Co-processamento

7 - Aplicação no solo

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

9 - Outras (especificar)



Observações:

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR - MG, que são aqueles elencados no **art. 2º da DN nº 232/2019**, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.